

DO “DIÁRIO DO HOSPÍCIO” AO “CEMITÉRIO DOS VIVOS”: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE MANICOMIALIZAÇÃO A PARTIR DAS OBRAS DE LIMA BARRETO

Gabriela de Moraes Bonato Testa (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Profa. Dra.
Daniele de Andrade Ferrazza (Orientadora), e-mail:
gabrielatesta0813@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

70705003 – Psicologia Social

70705038 – Papéis e Estruturas Sociais; Indivíduo

Palavras-chave: poder psiquiátrico, cronificação, literatura.

Resumo:

Ainda que inúmeros hospitais psiquiátricos no Brasil tenham sido fechados, a luta pela desinstitucionalização dos sujeitos em intenso sofrimento psíquico ainda é um grande desafio. Mesmo após 40 anos do Movimento Antimanicomial no país, o qual preza pelo tratamento em liberdade a fim de evitar processos de cronificação e “mortificações do eu” provocados pelas longas internações manicomiais, a realidade brasileira ainda conta com grandes retrocessos no que diz respeito às Políticas Públicas de Saúde Mental. Nesse sentido, o presente trabalho tem o objetivo de compreender, a partir da análise das obras de Lima Barreto, “Diário do Hospício” e “O Cemitério dos Vivos”, como o processo de internação manicomial pode produzir a cronificação de sujeitos institucionalizados. Para isso, investigou-se, por meio do método de inspiração genealógica foucaultiana, o nascimento do manicômio e as características do poder psiquiátrico no Brasil, do final do século XIX e começo do século XX; além disso, se analisou as obras de Lima Barreto a partir dos textos de E. Goffman, M. Foucault e seus comentadores com especial atenção aos processos de psiquiatrização da vida, cronificação e “mortificação do eu”. Os resultados da pesquisa apontaram a instituição psiquiátrica como capaz de intensificar sofrimentos e também reconheceu a violação de Direitos Humanos como inerente às instituições.

Introdução

O manicômio com fins terapêuticos foi inventado no final do séc. XVIII e sua legitimação se deu principalmente devido a criação do termo “doença mental” (BIRMAN, 1978). A psiquiatria nascente, a qual requeria a tutela dos sujeitos em sofrimento, não visava com isso enquadrá-los em um espaço de

liberdade, mas sim os instituir como doentes, a fim de legitimar o isolamento, produzir conhecimentos por meio da observação das loucuras e determinar o tratamento moral.

A investigação do nascimento do manicômio e as características do poder psiquiátrico no Brasil do final do séc. XIX e início do séc. XX mostra a aliança da psiquiatria com os ideais higienistas. Os manicômios brasileiros surgem principalmente a fim de enclausurar as pessoas que ficavam a perambular pelas ruas da cidade. O descaso com os sujeitos ali alocados era tamanho, que levou Lima Barreto, um dos internados do Hospício Pedro II, a afirmar que: “O mobiliário, o vestuário das camas, as camas – tudo é de uma pobreza sem par. [...] tirando-lhe a luz, tudo isso lhe dá uma atmosfera de hospital, de emanações de desinfetantes, uma morrinha terrível” (BARRETO, 2017, p. 164).

Assim, tendo como base a experiência de Lima transcrita em suas duas obras – o diário e posteriormente o romance, arquitetado com base em suas experiências manicomiais – e a partir de leituras dos teóricos M. Foucault e E. Goffman, o presente trabalho tem o objetivo de compreender, a partir da análise das obras de Lima Barreto, “Diário do Hospício” e “O Cemitério dos Vivos”, como o processo de internação manicomial pode produzir a cronificação de sujeitos institucionalizados.

Materiais e métodos

Tratando-se de uma pesquisa exploratória bibliográfica, o presente trabalho foi realizado em duas etapas. A primeira etapa consistiu em investigar o nascimento do manicômio e as características do poder psiquiátrico no Brasil, de fins do séc. XIX e início do séc. XX, valendo-se do método de inspiração genealógica de M. Foucault. Tal metodologia propõe uma volta a história a fim de esmiuçar o passado em suas contradições, ditos e não-ditos, considerando que por trás das coisas não há causalidade e que estas são datadas historicamente e se imbricam com estratégias de poder e saber (FOUCAULT, 1979). Já a segunda etapa contou com a análise das obras “Diário do Hospício” e “O Cemitério dos Vivos” de Lima Barreto – por meio da confecção de um diário de leitura – e a partir da análise de textos de M. Foucault e E. Goffman, foi possível compreender os processos de cronificação, “mortificação do eu” e psiquiatrização da vida.

Resultados e Discussão

O processo de manicomialização mostrou-se como capaz de grande influência na subjetividade dos indivíduos, não necessariamente mortificando-a, mas lhe conferindo um novo sentido. Caracterizada pela necessidade do isolamento, da ordenação dos sujeitos, sua vigilância, distribuição do tempo e estabelecimento de normas e comportamentos adequados (MACHADO et al., 1978), a instituição faz com que os sujeitos não consigam expressar suas configurações subjetivas. Por caracterizar-se como uma instituição disciplinadora de corpos, os manicômios promovem

embotamento e a impossibilidade de afetos. Fato descrito nas falas de Lima Barreto a respeito da população dos manicômios: um dos sujeitos era “[...] de uma inércia que não se concebe” [...], permanecia “encostado à parede, hirtos, olhos parados, sem brilho nem expressão qualquer, parece uma estátua egípcia” (BARRETO, 2017, p. 64).

Os processos de cronificação, “mortificação do eu” e psiquiatrização mostraram-se inevitáveis ao processo de manicomialização. Na medida em que o manicômio se caracteriza como instituição de correção de condutas o que se espera do sujeito é justamente que ele forje novas maneiras de ser, a fim de incorporar as disposições apresentadas no contexto institucional. Lima relata que: “Esta passagem várias vezes no Hospício e outros hospitais deu-me não sei que dolorosa angústia de viver que me parece ser sem remédio a minha dor. Vejo a vida torva e sem saída” (BARRETO, 2017, p. 67)

No tocante ao poder psiquiátrico no Brasil e a legitimação da psiquiatria, o que se observa é um poder muito mais atrelado a questões normalizadoras do que terapêuticas. Respalhada tanto em estratégias higienistas como na teoria da degenerescência, a psiquiatria, entendida como profilaxia, ditará os termos que farão com que os sujeitos entendam seus sofrimentos e angústias. O que se espera do sujeito que se encontra em sofrimento é que confesse seus sintomas segundo os termos propostos, se encaixe em algum diagnóstico existente, para que aí a psiquiatria consiga intervir. Assim, o poder psiquiátrico não somente organiza, classifica e diagnostica como também produz subjetividades, afinal o irreduzível à disciplina só existirá em relação a essa mesma disciplina (FOUCAULT, 2006).

Por estar em um lugar que ao mesmo tempo que o machuca o constitui, Lima surpreende o leitor que espera encontrar em suas obras apenas críticas e insubordinações ao discurso psiquiátrico. O que se vê no autor é um processo de ressignificação de sua subjetividade por meio dos discursos psiquiátricos que o cercam. Por mais que ele não acreditasse no manicômio como ferramenta de cura, não via outra saída que não sua subordinação à realidade manicomial. Ao mesmo tempo que o autor afirma: “Conheço loucos, médico de loucos, há perto de trinta anos, e fio muito que a honestidade de cada um deles não lhes permitirá dizer que tenha curado um só” (BARRETO, 2017, p. 74), posteriormente diz que: “O médico me ofereceu alta, mas não aceitei já porque quero sair depois do carnaval. Penso que o tal delírio possa voltar, com o uso da bebida. Ah! Meu Deus! Que alternativa! E eu não sei morrer” (BARRETO, 2017, p. 106).

O autor também narra os momentos em que se sentiu “[...] como um cadáver de anfiteatro de anatomia” (BARRETO, 2017, p. 194), denunciando, assim, o olhar desumanizador da psiquiatria, que ao estigmatizar o sujeito como “louco” passa a vê-lo apenas sob a ordem de sua loucura. Assim, encarados mais como objetos que como pessoas, não é de se estranhar a violação de direitos humanos travestida de procedimentos terapêuticos que ocorre nessas instituições até os dias atuais.

Conclusões

A instituição manicomial exerce grande influência na subjetividade dos indivíduos que lá estão alocados e os fenômenos de cronificação, “mortificação do eu” e psiquiatrização são inerentes ao processo de manicomialização. Ademais, tendo em vista a leitura de M. Foucault e seus comentadores constatou-se que o surgimento do poder psiquiátrico está fortemente atrelado a questões normalizadoras, que ao decorrer do período histórico se atualizam, mas continuam a violentar sujeitos ditos “fora da norma”. Pode-se perceber também, que o poder não somente organiza, classifica e diagnostica, como também produz subjetividades, que só se expressam de determinada forma devido a disposições de saber-poder específicas. E que o olhar médico dirigido aos sujeitos institucionalizados não somente contribui para uma psiquiatrização da existência como também a uma estigmatização destes sujeitos.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq-UEM e a Profa. Dra. Daniele de Andrade Ferrazza e Profa. Dra. Adriana Barin de Azevedo pelas orientações e incentivo.

Referências

BARRETO, L. **Diário do Hospício; O Cemitério dos Vivos**. Organização e notas Augusto Massi e Murilo Marcondes de Moura. Prefácio Alfredo Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BIRMAN, J. **A psiquiatria como discurso da moralidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 4ª ed., 1984 (original de 1979).

FOUCAULT, M. **O poder psiquiátrico**: Curso do Collège de France (1973-1974). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Marins Fontes, 2006.

MACHADO, R et. al. **Danação da norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.